



## Discurso midiático e letramento crítico: uma abordagem de gênero sobre bebês *reborn* e carrinhos

### Media discourse and critical literacy: a gender-based perspective on reborn dolls and toy cars

Livia Maria Carvalho CUNHA\*<sup>ID</sup>

Lis Verissimo Jacinto de OLIVEIRA\*\*<sup>ID</sup>

**RESUMO:** O discurso midiático exerce papel central na construção e manutenção de representações sociais que, sob a aparência de neutralidade, reproduzem assimetrias históricas. Este estudo tem como objetivo analisar, à luz do letramento crítico, como manchetes e *leads* de textos jornalísticos constroem representações opostas sobre práticas de colecionismo. Para isso, foram analisadas seis notícias de grande circulação nacional: três sobre mulheres que possuem bebês *reborn* e três sobre homens que colecionam carrinhos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos princípios do letramento crítico (Arruda, 2023), em especial, o da presença de verdade, articulados ao quadro de operações inferenciais de Marcuschi (2008) e aos aportes teóricos de Bourdieu (1989), Fairclough (2001), Amossy (2020), Cavalcante *et al.* (2020) e hooks (2018, 2020). Os resultados indicam que, por meio de escolhas lexicais e estruturais, o discurso jornalístico naturaliza a patologização e a desqualificação das práticas femininas, ao passo que legitima as práticas masculinas como racionais, técnicas e bem-sucedidas. Concluímos que tais mecanismos discursivos reforçam hierarquias de gênero e evidenciam a importância de uma leitura crítica capaz de desnaturalizar esses sentidos e transgredir para práticas discursivas mais equitativas e transformadoras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Letramento crítico. Operações inferenciais. Discurso midiático. Notícias.

**ABSTRACT:** Media discourse plays a central role in shaping and sustaining social representations that, under the guise of neutrality, reproduces historical asymmetries. This study aims to analyze, from the perspective of critical literacy, how headlines and leads of journalistic texts construct opposing representations of collecting practices. To this end, six widely circulated national news articles were examined: three focusing on women who own reborn dolls and three on men who collect toy cars. The research adopts a qualitative approach, grounded in the principles of critical literacy (Arruda, 2023), particularly, the principle of the presence of truth, articulated with Marcuschi's (2008) framework of inferential operations and

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará – Brasil. [livia.cunha@aluno.uece.br](mailto:livia.cunha@aluno.uece.br)

\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará – Brasil. [lis.verissimo@aluno.uece.br](mailto:lis.verissimo@aluno.uece.br)

supported by the theoretical contributions of Bourdieu (1989), Fairclough (2001), Amossy (2020), Cavalcante et al. (2020), and hooks (2018, 2020). The findings indicate that, through lexical and structural choices, journalistic discourse naturalizes the pathologization and disqualification of women's practices, while legitimizing men's practices as rational, technical, and successful. We conclude that such discursive mechanisms reinforce gender hierarchies and highlight the importance of critical reading to denaturalize these meanings and to transgress toward more ethical, equitable, and transformative discursive practices.

**KEYWORDS:** Critical literacy. Inferential operations. Media discourse. News.

Artigo recebido em: 09.11.2025

Artigo aprovado em: 05.06.2026

## 1 Introdução

Avançamos. Cientificamente, tecnologicamente, socialmente. Mais vozes, mais direitos, mais debates. Diversidade e inclusão, mas algumas lógicas permanecem. Disfarçadas. Persistentes. A misoginia, revestida de neutralidade, adapta-se ao discurso moderno e continua operando como força estrutural. A linguagem reproduz. A linguagem reforça. A mídia, espaço privilegiado de construção de sentidos e de legitimação social, participa ativamente desse jogo. Um jogo que encobre desigualdades sob a aparência da naturalidade. Mulheres que colecionam bebês *reborn*? Carência, desequilíbrio, exagero. Homens que colecionam carrinhos? Paixão, especialidade, *hobby*. Mesma prática, sentidos opostos. O gênero altera a narrativa. Não se trata apenas de vocabulário. Trata-se de um sistema discursivo que naturaliza e legitima enunciados e práticas sexistas, infiltrando-se nos espaços midiáticos e fortalecendo-se na sociedade.

Todo discurso é intencional e carrega consigo o poder de influenciar a percepção daquele que o consome. Nesse contexto, compreendemos a mídia como um dos "sistemas simbólicos" descritos por Bourdieu (1989), que operam como instrumentos estruturantes e estruturados de comunicação, legitimando relações de dominação por meio da violência simbólica. Nessa perspectiva, a Teoria da Argumentação no Discurso (Amossy, 2020; Cavalcante *et al.*, 2020), entende que todo

discurso, mesmo sem um intuito explícito de persuasão, orienta modos de pensar, sentir e agir:

Não há discurso sem enunciação [...], sem dialogismo [...], sem apresentação de si [...], sem o que se poderia chamar 'argumentatividade' ou orientação, mais ou menos marcada do enunciado, que convida o outro a compartilhar modos de pensar, de ver, de sentir (Amossy, 2020, p. 12).

A nossa análise, ao incorporar a perspectiva feminista de hooks (2018, 2020), também desloca-se para uma crítica ao patriarcado como sistema de dominação internalizado por toda a sociedade. O feminismo, define hooks (2018, p. 17), é “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” e precisa reconhecer que “todos os pensamentos e todas as ações sexistas são problemas, independentemente de quem os perpetua ser mulher ou homem, criança ou adulto”. Essa visão rompe com a ideia de que o sexismo é responsabilidade exclusiva dos homens, revelando que ele é um fenômeno estrutural, reproduzido também por mulheres e legitimado por instituições, inclusive pela mídia. Assim, o discurso midiático não é neutro: ele participa da manutenção de hierarquias e da normalização de desigualdades.

A análise crítica dos discursos midiáticos sexistas, portanto, não se limita à descrição de estereótipos. Trata-se de um exercício político de tomada de consciência, capaz de desnaturalizar a violência simbólica e interromper ciclos de opressão que se manifestam em textos aparentemente neutros ou inofensivos. Essa luta exige a articulação entre teoria e prática, como defende hooks (2018), entendendo que qualquer projeto libertador pressupõe transgressão constante frente ao sistema hegemônico e opressor.

Diante dessa problemática, este estudo tem como objetivo analisar, à luz do letramento crítico, de que modo as manchetes e *leads* de textos jornalísticos naturalizam e reproduzem estereótipos de gênero. O interesse pela temática justifica-

se por sua relevância social e acadêmica, sobretudo no esforço de desnaturalizar discursos sexistas e propor formas de representação mais éticas e alinhadas ao papel da mulher na contemporaneidade. Para a pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa, que possibilita interpretar e refletir criticamente sobre os sentidos construídos no discurso. De acordo com Paiva (2019, p. 13), trata-se também de uma pesquisa descritiva e exploratória, uma vez que busca examinar um conjunto de textos jornalísticos selecionados para compreender os mecanismos linguísticos e ideológicos envolvidos na construção dessas representações. O *corpus* é composto por seis textos jornalísticos (manchetes e leads) de ampla circulação: três sobre mulheres com bebês reborn e três sobre homens com carrinhos. Para a seleção do *corpus*, consideramos o contraste semântico na atribuição de sentidos, observando como práticas semelhantes recebem enquadramentos opostos a depender do gênero dos sujeitos. A análise articula o princípio da presença de verdade (Arruda, 2023) ao quadro de operações inferenciais (Marcuschi, 2008), além de apoiar-se nos aportes teóricos de Bourdieu (1989), Fairclough (2001), Amossy (2020), Cavalcante *et al.* (2020) e hooks (2018, 2020), possibilitando compreender e questionar as estratégias discursivas que sustentam e legitimam desigualdades simbólicas nas representações midiáticas de gênero.

## 2 Letramento Crítico: é necessário transgredir

É necessário transgredir. Vivemos em um momento político marcado pelo neoliberalismo, que incentiva, sobretudo, o individualismo. Não se enxerga, hoje, o bem comum, o outro, um nós. Há, na verdade, uma centralidade do eu. Percebemos, portanto, um caminhar cada vez mais distante de um nós em busca de chegar ao eu quem decide, eu quem sabe e é sobre o que eu penso. Parece que, rapidamente, não mais aos poucos, nossa sociedade vem se desumanizando, normalizando a brutalidade e o individualismo.

Tal brutalidade é normalizada e marcada pela violência destinada a determinados grupos considerados subalternos. Percebemos nessa nova e falha

organização uma perspectiva dicotômica: olhar individualizado (sob influência do neoliberalismo) *versus* a necessidade de um olhar coletivo (Tilio e Rocha, 2024). É complicado viver em um mundo que, diante da urgência de empatia, compreensão do outro e da construção de laços afetivos, percebe o bem comum como irrelevante. Adotamos a perspectiva de Tilio e Rocha (2024) sobre bem comum que é compreendido como um princípio ético e político que orienta a educação crítica para além da individualização neoliberal, em direção à construção de uma sociedade mais justa, coletiva e plural.

As discussões sobre Letramento Crítico (doravante LC) possuem forte influência da pedagogia crítica freireana, especialmente da compreensão da educação como prática de liberdade. Para Freire (1967), é por meio de uma permanente atitude crítica que os sujeitos podem superar processos de acomodação e apreender criticamente as contradições de seu tempo. Nessa perspectiva, a criticidade não se restringe à interpretação de textos, mas envolve uma leitura problematizadora do mundo e das estruturas sociais que produzem desigualdades.

Entre as concepções ligadas ao LC, o pensamento crítico ocupa lugar central. Conforme hooks (2020, p. 31), ele nasce do “anseio por saber – por compreender o funcionamento da vida” e deve servir para que possamos “utilizar o conhecimento de modo a sermos capazes de determinar o que é mais importante” (hooks, 2020, p. 33). Nessa perspectiva, “é uma forma de abordar ideias que tem por objetivo entender as verdades centrais, subjacentes, e não simplesmente a verdade superficial que talvez seja a mais óbvia” (hooks, 2020, p. 34). Para a autora, pensar criticamente exige engajamento coletivo, abertura intelectual radical e disposição para questionar hierarquias de saber.

Complementando esse quadro teórico, Pennycook (2004) observa que, na Linguística Aplicada Crítica, o pensamento crítico tem sido muitas vezes concebido como um exercício de análise textual objetivada, em que o distanciamento seria o caminho para uma interpretação mais imparcial dos textos, isolada de questões

políticas, de poder ou de desigualdade. Trata-se, em suas palavras, de “um conjunto de habilidades de raciocínio, uma capacidade de engajamento em uma apreciação distanciada, (...) isolada de questões políticas, de poder, de desigualdade, diferença, ou desejo, (...)”<sup>1</sup> (Pennycook, 2004, p. 798, tradução própria).

Ao alertar para esse risco de reduzir a criticidade a um exercício técnico e neutro, afastado das implicações ético-políticas do ato de ler e interpretar, Pennycook (2004) abre espaço para que hooks (2020) amplie essa compreensão ao propor uma criticidade engajada, afetiva e transformadora, capaz de se debruçar sobre as camadas profundas da realidade.

Essa concepção aproxima-se das discussões desenvolvidas por autores inscritos na tradição freireana dos estudos de LC, especialmente McLaren, Leonard e Lankshear (1993). Segundo McLaren e Silva (1993, p. 49, tradução própria), a linguagem opera criticamente “ao promover uma profunda afinidade com o sofrimento dos oprimidos e sua luta por libertação, ao confrontar a experiência do senso comum [...] e ao fazer com que as representações dominantes transbordem para além de seus limites prescritos e convencionais.”<sup>2</sup> Em outra passagem, os autores defendem que mulheres e minorias possam emergir como atores sociais críticos, questionando referenciais marcados pelo falocentrismo, eurocentrismo e ideologias masculinistas. Por isso, concebemos o LC como ação política voltada à desnaturalização de discursos hegemônicos e à transformação das relações de poder, ultrapassando a noção de prática interpretativa.

Novamente, reafirmamos, é necessário transgredir. É necessário discutir. Em meio a discursos e ideologias dominantes, é perceptível ver a habilidade daqueles que estão no poder, aqui falamos de classe, raça e, principalmente, gênero, de reprimir

---

<sup>1</sup> No original, “a set of thinking skills, an ability to engage in detached appraisal, [...] isolated from political questions, from issues of power, disparity, difference, or desire.”

<sup>2</sup> No original, “by promoting a deep affinity for the suffering of the oppressed and their struggle for liberation, by brushing commonsense experience against the grain,[...] by causing dominant representations to spill outside their prescribed and conventional limits.”

grupos oprimidos, contribuindo para a perpetuação do apagamento, da desigualdade e do silêncio. Combater esse comportamento de perpetuação é algo que não interessa ao poder dominante e hegemônico, pois “tudo o que não interessa a grupos dominantes é a transformação social” (Tilio; Rocha, 2024, p. 4).

Para transformar é necessário criticar, é necessário questionar. Quando há questionamento, há um desvencilhamento de amarras que, antes, alienavam. Por isso, falamos de pensamento crítico. O maior medo daqueles que estão no poder, aqueles que estão protegidos por uma ideologia dominante é quando aqueles que são oprimidos pensam criticamente. Por meio do pensamento de hooks (2020), podemos perceber que, diante desse medo do desenvolvimento do pensamento crítico de um grupo subalternizado, a única forma de um sistema opressor sobreviver é a partir de ataques, especificamente ao setor educacional:

A conservadora cultura do dominador reagiu a essas mudanças com ataques a políticas públicas, como as ações afirmativas que haviam proporcionado meios para que instituições de nível superior incluíssem segmentos da população desprovidos de direitos. Conseqüentemente, as portas para a educação, que haviam sido abertas, permitindo a entrada de pessoas sem direitos, estavam se fechando. O crescimento subsequente das escolas particulares enfraqueceu as escolas públicas, enquanto o ensino voltado a testes e provas reforçou a discriminação e a exclusão, de modo que a segregação com base em raça e classe social não demorou a se tornar a norma. Em todas as frentes, o financiamento para a educação foi cortado. Professores progressistas que haviam lutado por uma mudança radical foram simplesmente comprados. Status e salários altos os incentivaram a se juntar ao mesmo sistema que um dia trabalharam com tanto afincio para dismantelar (hooks, 2020, p. 42).

É nesse momento que destacamos a importância do LC como principal arma de combate, principalmente quando tratamos de Educação, setor que sofre comumente ataques dentro de uma sociedade machista patriarcal e neoliberal, e que quanto ao seu futuro, hooks (2020, p. 44) destaca que “o futuro da educação democrática será determinado pela dimensão da vitória dos valores democráticos sobre o espírito da

oligarquia que busca silenciar vozes diversas, proibir a liberdade de expressão e negar a cidadãos o acesso à educação” (hooks, 2020, p. 44). Interessantemente, até a visão de liberdade de expressão proibida pelo dominador, foi ressignificada, na verdade, deturpada pelo viés neoliberal, isso é destacado por Hissa (2021). A autora reflete sobre essa nova ordem regida pelo eu neoliberal, a qual

(re)define a ideia de liberdade de expressão como uma lei individual própria, subjetiva, autônoma que não precisa ter relação com os discursos legitimados pela alteridade científica-acadêmica, pela intersubjetividade sociocultural, pela coletividade ou pela heteronímia (Hissa, 2021, p. 4).

OLC permite que se perceba e se discuta relações de poder, de gênero, de classe e de raça, além de perceber e debater pontos de vista, de questionar ideologias, de fazer ouvir o outro.

Como prática cultural e linguística, portanto, o letramento crítico implica a compreensão de como textos e discursos podem ser manipulados para representar e, de fato, transformar o mundo. Entretanto, esse foco no poder, na transformação e na mudança não resolve, nem pode resolver, por si só, questões centrais relacionadas à normatividade moral e política (Muspratt, Luke & Freebody, 1998; Pennycook, 2001); como a definição de quais valores, textos, ideologias e discursos devem ocupar posição central, bem como quais formas e direções de transformação social são desejáveis (Luke, 2012, p. 9, tradução própria)<sup>3</sup>.

É importante destacarmos aqui a importância de fazer ouvir, não “dar voz”. A premissa de “dar voz” a grupos historicamente marginalizados carrega, implicitamente, uma herança paternalista e colonial, baseada na premissa de que a voz

---

<sup>3</sup> No original, “As a cultural and linguistic practice, then, critical literacy entails an understanding of how texts and discourses can be manipulated to represent and, indeed, alter the world. But this focus on power, on transformation and change, does not and cannot, in itself, resolve central issues around moral and political normativity (Muspratt, Luke, & Freebody, 1998; Pennycook, 2001); around the question of whose values, texts, ideologies, and discourses should take center stage; and about the desired shapes and directions of social transformation.”

seria uma concessão de quem detém o poder em direção àquele que supostamente não a possui, só se dá algo a alguém que não tem. Em contrapartida, assumimos aqui o compromisso ético de fazer ouvir. Essa postura reconhece que as populações subalternizadas nunca foram desprovidas de voz, de agência ou de discursos, elas foram, na verdade, sistemática e historicamente silenciadas pelas estruturas hegemônicas. Trata-se de combater as relações de poder impregnadas justamente pela linha de pensamento dominante que, como assevera hooks (2020, p. 140), “banalizam e enfraquecem a educação democrática como prática da liberdade”.

Para o desenvolvimento deste trabalho, assumimos a proposta de LC apresentada por Arruda (2023), a qual se fundamenta em três princípios interdependentes: ausência de verdade, presença de verdade e transgressão crítica. Esses princípios configuram uma estrutura teórico-metodológica que busca deslocar a prática educativa de uma simples análise textual para uma práxis transformadora, pautada pela compreensão crítica dos discursos e das relações de poder que os sustentam.

O princípio da ausência de verdade parte do reconhecimento de que não existe uma verdade absoluta ou universal. Inspirando-se em categorias da psicanálise, como real, simbólico e imaginário, tal princípio sustenta que todo discurso está atravessado por incompletudes, pois a linguagem é incapaz de representar a totalidade do real. Assim, as verdades que enunciamos são representações parciais, cultural e ideologicamente moldadas. Diante disso, o LC assume uma postura epistêmica de abertura à diferença e à alteridade, reconhecendo que toda leitura de mundo é situada e que a crítica deve ser dialógica (Arruda, 2023).

[...] o princípio da ausência de verdade atua no processo de letramento crítico como uma potencialidade de legitimação simbólica de interpretação crítica, fundada necessariamente na relação do indivíduo com a alteridade, com o outro, com as múltiplas vozes sociais (Arruda, 2023, p. 6).

Em seguida, Arruda (2023) discorre acerca do princípio da presença de verdade e enfatiza que, embora não haja verdades absolutas, é possível inferir verdades situadas a partir de marcas linguísticas e contextuais nos discursos. Arruda (2023) argumenta, com base em Marcuschi (2008), que os processos de compreensão textual se organizam em torno de operações estratégicas, flexíveis, interativas e inferenciais. Tais operações permitem construir sentidos a partir de inferências com base nos elementos presentes nos textos e nas interações sociais. Assim, o LC é compreendido como uma prática de análise e interpretação que visa gerar práxis, ou seja, ação social transformadora orientada pela compreensão crítica dos fatos.

Nesse sentido, o princípio da presença de verdade, formulado por Arruda (2023), encontra, no quadro de operações inferenciais proposto por Marcuschi (2008), um instrumento analítico para observar como essas verdades situadas são construídas e legitimadas no discurso. Essas operações são fundamentais para compreender os movimentos interpretativos realizados na análise das manchetes, uma vez que a “compreensão não é apenas um simples ato de identificação de informações, mas uma construção de sentidos com base em atividades inferenciais” (Marcuschi, 2008, p. 233). Na sequência, apresentaremos as operações inferenciais e suas condições de realização:

Quadro 1 – Operações inferenciais.

<b>Tipo de operação inferencial</b>	<b>Condições de realização</b>
1. Dedução	Reunião de duas ou mais informações textuais que funcionam como premissas para chegar a outra informação logicamente. A conclusão será necessária se a operação for válida. Operação pouco comum em narrativas.
2. Indução	Tomada de várias informações textuais para chegar a uma conclusão com valor de probabilidade de acordo com o grau de verdade das premissas.
3. Particularização	Tomada de um elemento geral de base lexical ou fundado em experiências e conhecimentos pessoais

	individualizando ou contextualizando um conteúdo num conteúdo particular com um lexema específico.
4. Generalização	Saída de uma informação específica, por exemplo, um lexema, para chegar à afirmação de outra mais geral.
5. Sintetização	Condensação de várias informações tomando por base saliências lexicais sem que ocorra eliminação de informações fundamentais.
6. Parafraseamento	Alteração lexical para dizer a mesma informação sem alteração fundamental de conteúdo proposicional.
7. Associação	Afirmação de uma informação obtida através de saliências lexicais ou cognitivas por associação de ideias.
8. Avaliação ilocutória	Atividade de explicitação dos atos ilocutórios com expressões performativas que os representam. Funciona como montagem de um quadro para explicitação de intenções e avaliações mais globais.
9. Reconstrução	Reordenação ou reformulação de elementos textuais com quadros total ou parcialmente novos. Diverge do acréscimo na medida que insere algo novo situado no velho. No caso das narrativas, opera como uma estratégia de mudar o discurso direto em indireto e vice-versa.
10. Eliminação	Exclusão pura e simples de informações ou dados relevantes e indispensáveis, impedindo até mesmo a compreensão dos dados que permanecem.
11. Acréscimo	Introdução de elementos que não estão implícitos nem são de base textual, sendo que muitas vezes podem levar até a contradições e falseamentos.
12. Falseamento	Atividade de introduzir um elemento e afirmar uma proposição falsa que não condiz com as informações textuais ou não pode ser dali inferida.

Fonte: Marcuschi (2008, p. 255).

O quadro de operações inferenciais proposto por Marcuschi (2008), articulado ao princípio da presença de verdade formulado por Arruda (2023), constitui o eixo metodológico desta pesquisa. A análise parte do reconhecimento de que compreender um texto implica ativar inferências a partir de pistas linguísticas e contextuais, mas também questionar os sentidos que se apresentam como evidentes.

Por fim, Arruda (2023) descreve o princípio da transgressão crítica, entendido aqui como o momento em que a leitura deixa de ser apenas interpretativa e se torna ação política, capaz de desestabilizar discursos hegemônicos e criar espaço para novas formas de representação. Sobre esse princípio, Arruda (2023, p. 12) salienta que “é preciso mais do que interpretar o mundo, é preciso transformá-lo. É preciso mais que LC para criticar os sistemas de dominação, é preciso transgredi-los.” O princípio da transgressão crítica posiciona o LC como prática contra-hegemônica e retoma discussões já presentes na tradição freireana e nos estudos críticos de letramento, que compreendem a educação crítica como prática de transformação social e enfrentamento das estruturas de opressão (Freire, 1968; McLaren; Leonard, 1993).

A transgressão é entendida, portanto, como deslocamento das práticas dominantes, inclusão de saberes historicamente marginalizados e engajamento político dos sujeitos na construção de novos discursos e sentidos. Para Lankshear (1993, p. 98, tradução própria) “estruturas históricas opressivas minam o bem-estar material, emocional e intelectual daqueles que são oprimidos, assim como dificultam a busca de sua vocação ontológica”<sup>4</sup>. Nessa direção, os três princípios propostos por Arruda (2023) não são excludentes, mas complementares. Em conjunto, eles configuram o LC como prática de resistência, pautada pela práxis e voltada à reinvenção dos modos de pensar, ensinar e agir no mundo.

Em síntese, a articulação entre o quadro de operações inferenciais (Marcuschi, 2008) e o princípio da presença de verdade (Arruda, 2023) não apenas sustenta a análise das manchetes e leads selecionados, mas também orienta uma postura investigativa comprometida com a desnaturalização de discursos hegemônicos e com a construção de sentidos que promovam equidade e transformação social.

---

<sup>4</sup> No original, “oppressive historical structures undermine the material, emotional, and intellectual well-being of those who are oppressed, as well as thwarting the pursuit of their ontological vocation.”

### 3 A presença de verdade através da construção discursiva da mídia

Com o objetivo de desenvolver esta análise, partimos inicialmente da proposta de Arruda (2023) sobre os letramentos críticos, sustentada nos *princípios da ausência de verdade, presença de verdade e transgressão crítica*. No entanto, optamos por direcionar nosso foco ao princípio da *presença de verdade*, em articulação com o quadro de operações inferenciais proposto por Marcuschi (2008), por compreendermos que essa combinação teórica oferece maior precisão para analisar os mecanismos que produzem e sustentam os efeitos de verdade no discurso midiático. Nesse sentido, sob a perspectiva do LC, verificamos como os textos jornalísticos constroem representações de mulheres e homens, tendo como ponto de partida seus interesses por objetos colecionáveis. O *corpus* desta pesquisa é composto por textos jornalísticos (manchetes e *lead*) que tratam de mulheres colecionadoras de bebês *reborn* (Quadro 2) e homens colecionadores de carrinhos (Quadro 3) para examinar de que forma a mídia enuncia essas práticas.

No período da coleta dos dados (maio de 2025), observamos que o tema dos bebês *reborn* ganhava destaque na mídia digital, nas interações em redes sociais e em conversas presenciais, evidenciando sua inserção nas conversas públicas do momento, configurando um fenômeno midiático marcado pela efemeridade típica dos temas que viralizam no ambiente digital. No entanto, destacamos que, apesar da passageira visibilidade do assunto, as estruturas narrativas que sustentam as representações de gênero permanecem estáveis e previsíveis. Ou seja, a efemeridade do tema não compromete a permanência dos enquadramentos discursivos que associam o feminino ao patológico, à carência e à inadequação, enquanto mantêm o masculino vinculado à racionalidade, ao prestígio e à legitimidade social.

Essa estabilidade na forma como homens e mulheres são representados demonstra que o discurso participa ativamente da constituição das práticas sociais e das relações de poder, ao naturalizar determinadas compreensões sobre gênero e legitimidade social. Conforme Fairclough (2001), a luta ideológica constitui uma

dimensão da prática discursiva, de maneira que os enquadramentos discursivos operam por meio de pressupostos que orientam o leitor à aceitação de determinadas interpretações como evidentes ou naturais, contribuindo para a manutenção de hierarquias simbólicas de gênero.

Com esse cenário delineado, iniciamos a análise pelas manchetes e *leads* referentes às mulheres com bebês *reborn*, observando como determinadas escolhas linguísticas orientam inferências que naturalizam associações entre o feminino e a inadequação social. A seguir, apresentaremos os textos selecionados e analisaremos detalhadamente as “verdades” que podem ser inferidas a partir das escolhas e representações linguísticas da mídia.

Quadro 2 – Mulheres com bebês *reborn*.

<b>Fonte:</b> UOL	<b>Data:</b> 05/05/2025
<b>Manchete:</b> Após viralizarem, mulheres <b>defendem</b> ter bebês <i>reborn</i> como hobby: ‘ <b>Não somos doidas</b> ’	
<b>Lead:</b> Atrizes são ‘julgadas’ na lógica via ‘maternidade’ no mundo das colecionadoras desses bonecos. Isadora Brandão, artista e colecionadora de...	
<b>Fonte:</b> Veja Saúde	<b>Data:</b> 08/05/2025
<b>Manchete:</b> Bebês <i>reborn</i> : o que há por trás do <b>espanto</b> ?	
<b>Lead:</b> Publicar vídeos de partos de bebês <i>reborn</i> , <b>trocar fraldas, amamentar, dar nomes, cuidar</b> — tudo isso virou tendência nos últimos tempos.	
<b>Fonte:</b> SBT News	<b>Data:</b> 10/05/2025
<b>Manchete:</b> Mães de bebê <i>reborn</i> : psiquiatra explica se nova tendência é <b>saudável</b>	
<b>Lead:</b> Famosas como <b>Gracyanne Barbosa, Xuxa e Britney Spears também aderiram à adoção de bonecas</b>	

Fonte: elaboração própria, com base no Google Notícias. Acesso em: 12 maio 2025.

Ao analisarmos os textos que tratam de mulheres com bebês *reborn*, observamos um campo semântico que constrói essas práticas como socialmente deslocadas, acionando inferências negativas e julgamentos implícitos. Na manchete “Após viralizarem, mulheres defendem ter bebês *reborn* como hobby: ‘Não somos doidas’” (UOL), destaca-se a operação de *avaliação ilocutória*, já que a necessidade de defesa revela um julgamento social prévio. Se essas mulheres precisam declarar que “não são doidas”, é porque se infere que a prática é vista como insana, e o discurso, ao registrar essa

defesa, a reforça. A palavra “*defendem*” ativa uma *dedução* de que há um embate simbólico e a prática precisa ser justificada. As escolhas de determinados adjetivos, especialmente o de “*doidas*”, não são neutras.

Como aponta Fairclough (2001), o discurso constitui uma prática social atravessada por disputas hegemônicas, atuando na legitimação ou contestação de relações de poder. Nesse sentido, a recorrente associação do comportamento feminino à instabilidade emocional revela a permanência de uma ideologia de gênero naturalizada discursivamente. Thompson (1984) observa que a ideologia opera de maneira particularmente eficaz quando seus sentidos são incorporados como naturais e evidentes, produzindo efeitos de consenso e legitimidade. Assim, a naturalização do comportamento masculino em contraste com o julgamento direcionado às mulheres reforça expectativas hegemônicas de gênero que vinculam o feminino ao campo da emoção, do descontrole e da inadequação social.

Localizamos também expressões como “*espanto*” e “*psiquiatra explica*” que ativam operações inferenciais capazes de gerar interpretações. Quando uma manchete pergunta “*o que há por trás do espanto?*” (Veja Saúde), a inferência ativada é de que há algo anormal, fora da ordem esperada. A partir dessa expressão, o leitor pode realizar uma *avaliação ilocutória*, como se o comportamento dessas mulheres fugissem à “norma” esperada de feminilidade adulta. Na frase “*Mães de bebê reborn: psiquiatra explica se nova tendência é saudável*” (SBT News) ativa uma inferência *avaliativa* e ainda convoca uma suposta neutralidade ao convocar um profissional da saúde para analisar a prática, o que pode ser lido como uma estratégia de autoridade para reforçar o julgamento social. A palavra *saudável* também aciona uma *avaliação ilocutória* e convoca o leitor a duvidar da integridade emocional dessas mulheres. Se um psiquiatra precisa validar a prática, ela provavelmente tem algo suspeito ou fora da normalidade. Identificamos, ainda, textos que associam as mulheres a práticas de cuidado dos bebês, reforçando o feminino ao aspecto maternal. A descrição de ações como “*partos, trocar fraldas, amamentar, cuidar de bebês reborn*” (Veja Saúde) intensifica a *associação* com

práticas maternas, deslocando-as para um plano de desajustado: cuidar de bonecas, nesse caso, se aproxima de um comportamento substitutivo. É como se o discurso dissesse “sem dizer” que essas mulheres estão deslocadas do que se espera delas enquanto adultas.

No lead “Famosas como Gracyanne Barbosa, Xuxa e Britney Spears também aderiram à adoção de bonecas” (SBT News), observa-se a mobilização de operações inferenciais que atuam em camadas distintas. A primeira delas é a *generalização*, ativada pelo uso do advérbio “também” e pela presença de nomes de mulheres famosas nacionalmente e internacionalmente, os quais sugerem que se trata de um comportamento disseminado, e não de casos isolados. No entanto, esse gesto de legitimação convive com uma inferência ambígua: ao empregar a expressão “adoção de bonecas”, em vez de “compra”, o enunciado desloca o campo de sentido para o universo da maternidade e o que poderia ser lido como afeto ou hobby torna-se passível de julgamento, de *avaliação ilocutória*. Desse modo, mesmo quando há aparente neutralidade na formulação, o discurso ainda aciona inferências que oscilam entre a validação simbólica e o estranhamento social.

Em contrapartida, a análise das manchetes e dos *leads* sobre homens colecionadores de carrinhos evidencia a mobilização de um campo semântico distinto que apresentaremos no quadro a seguir.

Quadro 3 – Homens com carrinhos.

<b>Fonte:</b> Autosport	<b>Data:</b> 08/05/2020
<b>Manchete:</b> Americano tem coleção de carrinhos Hot Wheels que <b>vale mais de R\$ 5,5 milhões</b>	
<b>Lead:</b> Bruce Pascal começou a comprar miniaturas <b>aos 7 anos e já soma 3500 unidades.</b>	
<b>Fonte:</b> Metrôpoles	<b>Data:</b> 08/02/2023
<b>Manchete:</b> <b>Dono de 500 miniaturas</b> , colecionador do DF compra e restaura carrinhos	
<b>Lead:</b> O aposentado Aldo Braga, de 78 anos, coleciona carrinhos desde 1961 e personaliza as miniaturas conforme o próprio gosto. Veja fotos.	

<b>Fonte:</b> Veja São Paulo	<b>Data:</b> 02/12/2011
<b>Manchete:</b> <b>Colecionadores pagam até 5.000 reais por carros em miniatura</b>	
<b>Lead:</b> Uma das maiores fabricantes do mundo de carros em miniatura, a americana Mattel, que produz a popular série Hot Wheels, registra no Brasil...	

Fonte: elaboração própria, com base no Google Notícias. Acesso em: 12 maio 2025.

Como podemos observar, a prática do colecionismo masculino é representada como legítima, racional, técnica e até rentável, uma diferença significativa na análise comparativa com o colecionismo feminino. Na manchete *“Americano tem coleção de carrinhos Hot Wheels que vale mais de R\$ 5,5 milhões”* (Autosport), a informação sobre o valor da coleção ativa inferências de *dedução* relacionadas ao valor de mercado da coleção, não em tom de crítica, e sim para enaltecer o poder aquisitivo do homem. O *lead* complementa essa ideia com *“Bruce Pascal começou a comprar miniaturas aos 7 anos e já soma 3500 unidades”*, transformando o colecionismo num símbolo de dedicação e valor afetivo, posicionando o colecionador como um especialista, cuja prática é socialmente valorizada.

Outra manchete, *“Dono de 500 miniaturas, empresário compra e restaura carrinhos antigos”* (Metrópoles), ativa uma operação de *particularização*, já que o texto seleciona um caso específico (um empresário que possui 500 miniaturas) para representar uma prática mais ampla. Esse caso individual é apresentado como exemplar, fazendo referência tanto ao número elevado de peças, quanto ao gesto do empresário de *“transformar a garagem em oficina”*, reforçando uma valorização simbólica do colecionismo masculino como algo que exige tempo, investimento e dedicação. O *lead* intensifica essa construção, ao mostrar que ele iniciou a sua coleção ainda na infância, legitimando o colecionador como alguém constante e apaixonado. O detalhe de que ele *“restaura com detalhes miniaturas clássicas”* também nos leva a *deduzir* que ele adquiriu um saber técnico sobre esses objetos, transmitindo a ideia de conhecimento e cuidado.

A manchete *“Colecionadores pagam até R\$ 5.000 por carros em miniatura”* (Veja SP) opera com uma *generalização*, pois a formulação *“coleccionadores pagam”* sugere que

esse comportamento (comprar carrinhos por valores tão elevados) é uma prática recorrente e coletiva, e não uma exceção. Essa estrutura conduz o leitor à inferência de que há um grupo economicamente ativo que legitima o valor desses objetos. O uso do plural “colecionadores”, sem especificar quem ou quantos, ativa uma *generalização* que normaliza o alto custo como parte da prática, legitimando simbolicamente o colecionismo masculino como um hobby de prestígio, digno de investimento e socialmente aceito. Não há aqui qualquer sinal de crítica ao valor pago pelos carrinhos da coleção, ao contrário do que se observa nas manchetes que envolvem mulheres colecionadoras, que frequentemente ativam inferências de patologia ou polêmica. Nesse caso, gastar R\$ 5.000,00 em um carrinho é apresentado como uma escolha coerente dentro de um campo valorizado.

Após a análise do *corpus* que compõe este estudo, identificamos que esses textos jornalísticos são tendenciosos, reverberam o machismo da sociedade, naturalizando o colecionismo de carrinhos por homens enquanto desqualificam mulheres com suas bebês *reborn*. De modo geral, eles reproduzem e reforçam os valores sociais predominantes. Por exemplo, ao apresentar um homem colecionador de miniaturas como algo positivo, a mídia constrói uma imagem socialmente valorizada, associando o colecionismo masculino a *status*, sucesso e maturidade. Já ao tratar uma mulher colecionadora de bebês *reborn* como alguém que possui algum tipo de distúrbio, a mensagem apela implicitamente à desqualificação e à infantilização feminina, sugerindo inadequação ou imaturidade. Nota-se, portanto, que esses discursos operam com forte carga ideológica, servindo não apenas para informar, mas para reforçar papéis e expectativas sociais diferenciadas entre homens e mulheres.

Diante disso, torna-se indispensável considerar o papel do leitor na construção de sentidos, já que os efeitos ideológicos do discurso só se concretizam quando há adesão à alguma “verdade” possível. Para que o leitor reaja criticamente ao texto lido, é preciso compreender que a leitura vai muito além da decodificação das palavras: envolve a mobilização de conhecimentos prévios, repertórios linguísticos, inferências

e pistas contextuais que orientam o leitor a construir sentidos, nem sempre explícitos. Para Marcuschi (2008, p.230), “compreender exige habilidade, interação e trabalho.” É nessa perspectiva que o quadro de operações inferenciais de Marcuschi (2008) fornece uma base sólida para compreender a diversidade dos movimentos interpretativos que os leitores realizam ao interagir com textos. Segundo o autor, compreender um texto é ativar operações inferenciais como dedução, indução, generalização, particularização, avaliação ilocutória, parafraseamento, associação, entre outras (ver quadro 1). Essas operações não são aleatórias: elas se organizam com base em marcas linguísticas e presentes no próprio texto, mas também nas condições de produção e nos valores culturalmente compartilhados, sendo uma ferramenta essencial para explicitar os mecanismos de legitimação e julgamento que operam silenciosamente nos textos.

Articulando a análise ao princípio da *presença de verdade* (Arruda, 2023), compreendemos que a leitura crítica de um texto não se dá em busca de uma verdade objetiva, mas na identificação das ‘verdades possíveis’ que emergem das marcas enunciativas e dos modos como certos sentidos se tornam aceitáveis ou esperados em diferentes contextos discursivos. A autora defende que “o princípio da *presença de verdade* lida com as possibilidades de compreensão advindas das marcas, das pistas enunciativas, textuais, de um determinado evento discursivo” (Arruda, 2023, p. 10). Ou seja, o texto oferece pistas que convidam o leitor a aceitar certas inferências como verdadeiras, ainda que essas verdades sejam circunstanciais, históricas e ideologicamente marcadas. Esse processo trata, portanto, de reconhecer as verdades possíveis que emergem do discurso, a partir de dados objetivos (fatos, nomes, datas) e subentendidos (atitudes, julgamentos, hierarquias). Sobre essas “verdades” que podemos inferir, Marcuschi (2008) nos adverte que:

é razoável admitir que leitura e compreensão de texto não é uma atividade de vale-tudo. Um texto admite muitas leituras, mas não infinitas. Não podemos dizer quantas são as compreensões possíveis de determinado texto, mas podemos dizer que algumas delas não são possíveis (Marcuschi, 2008, p. 257).

Nesse sentido, o LC torna-se fundamental para a compreensão textual e para desconstruirmos “verdades” que assumimos e/ou reproduzimos irrefletidamente como nossas. E é justamente através das operações inferenciais descritas por Marcuschi (2008) que podemos compreender como essas verdades ganham forma e circulam como se fossem naturais ou evidentes.

Assim, como observa Arruda (2023), o discurso funciona como uma engrenagem que estabiliza certos sentidos como se fossem evidentes, mas que, sob análise crítica, revela profundas desigualdades simbólicas. Essa assimetria revela que os textos analisados funcionam como dispositivos de construção de verdades possíveis: validam, contestam ou estigmatizam práticas por meio de escolhas lexicais e estruturas frasais que ativam julgamentos sem necessariamente enunciá-los.

Esses exemplos mostram como as operações inferenciais descritas por Marcuschi (2008) se articulam à produção de sentidos naturalizados que, conforme o princípio da *presença de verdade* (Arruda, 2023), orientam a leitura e nos levam a aceitar determinadas compreensões como evidentes. Essa articulação teórica permite deslocar a leitura crítica de uma posição meramente interpretativa para uma posição de ação, interferência e mudança de práticas: desnaturalizar a *presença de verdade* no discurso é também abrir espaço para a *ausência de verdade* e para a *transgressão crítica*. Segundo Arruda (2023, p.12), “é preciso mais que interpretar o mundo, é preciso transformá-lo. É preciso mais que LC para criticar os sistemas de dominação, é preciso transgredi-los.”<sup>5</sup> Ao recontextualizar essa premissa marxista, o princípio da transgressão crítica amplia a concepção de LC posicionando-o como prática contra-hegemônica.

Sob essa perspectiva, a aplicação das operações inferenciais sistematizadas por Marcuschi (2008) nos permitiu mapear os principais mecanismos linguísticos que sustentam as representações analisadas. Entretanto, através da nossa análise,

---

<sup>5</sup> Arruda (2023) evoca a clássica formulação de Karl Marx em sua 11ª Tese sobre Feuerbach, originalmente escrita em 1845 e publicada em A Ideologia Alemã em 1888, na qual o filósofo aponta que os pensadores se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, quando o que importa é transformá-lo.

percebemos padrões inferenciais recorrentes que evidenciam especificidades da construção textual e nos permitem propor novas categorias inferenciais. Esses padrões, que aqui denominamos categorias inferenciais adicionais, articulam elementos linguísticos, contextuais e ideológicos específicos das notícias analisadas, refletindo estratégias de legitimação, desqualificação e atribuição de valores simbólicos. O quadro a seguir apresenta essas novas categorias, suas definições e exemplos extraídos do *corpus*.

Quadro 4 – Categorias inferenciais adicionais.

<b>Categorias inferenciais adicionais</b>	<b>Condições de realização</b>	<b>Exemplo de <i>corpus</i></b>
Patologização	Convocação de autoridade médica ou especialista de saúde para sugerir que uma prática é sintoma de distúrbio ou desvio, sem afirmar explicitamente.	<i>Mães de bebê reborn: psiquiatra explica se nova tendência é saudável.</i> (SBT News)
Infantilização simbólica	Associação de práticas adultas a comportamentos infantis, deslocando o sentido para inadequação ou imaturidade social.	<i>Publicar vídeos de partos de bebês reborn, trocar fraldas, amamentar, dar nomes, cuidar.</i> (Veja Saúde)
Legitimação econômica	Utilização de informações sobre valor monetário, mercado ou patrimônio para validar socialmente uma prática, associando-a a prestígio e racionalidade.	<i>Americano tem coleção de carrinhos Hot Wheels que vale mais de R\$ 5,5 milhões.</i> (Autosport)
Particularização o exemplar	Apresentação de um caso específico como representativo de uma prática mais ampla, reforçando sua legitimidade ou valor.	<i>Dono de 500 miniaturas, empresário compra e restaura carrinhos antigos.</i> (Metrópoles)
Validação midiática	Legitimação de prática que se apoia em figuras públicas ou celebridades.	<i>Famosas como Gracyanne Barbosa, Xuxa e Britney Spears também aderiram à adoção de bonecas.</i> (SBT News)

Fonte: elaboração própria.

A identificação dessas categorias inferenciais adicionais revela que, embora as operações descritas por Marcuschi (2008) ofereçam um referencial sólido para a compreensão dos processos interpretativos, o discurso midiático mobiliza combinações discursivas que possibilitam a elaboração de novas categorias. No caso deste *corpus*, essas inferências atuam na consolidação de desigualdades simbólicas, naturalizando práticas masculinas, ao mesmo tempo em que desqualificam e patologizam práticas femininas. Essa ampliação do quadro teórico que aqui propomos permite não apenas compreender como essas “verdades” se constroem, mas também questioná-las e desestabilizá-las, abrindo espaço para leituras críticas capazes de romper com hierarquias e estereótipos de gênero.

Além disso, propomos a adoção de formas de representação midiática mais éticas e equitativas, capazes de romper com a patologização e a infantilização das mulheres, promovendo um tratamento simétrico em relação aos homens. Isso significa reconhecer que uma manchete sobre uma mulher com um bebê *reborn* poderia destacar aspectos como habilidade artística, investimento econômico ou relevância cultural, tal como ocorre nas notícias sobre homens e seus carrinhos. Por exemplo, em vez de uma manchete que reduza a relação com bebês *reborn* a um ato de substituição da maternidade, seria possível mostrar o aspecto técnico e estético dessa atividade, como em: “Mulheres que possuem bebês *reborn* destacam a precisão artística e o realismo das peças”. Reformulações como essa não apenas ampliam o leque de interpretações possíveis, mas também contribuem para uma cobertura midiática mais ética e alinhada ao papel plural e dinâmico das mulheres na contemporaneidade.

#### 4 Considerações finais

O discurso midiático, mesmo quando se apresenta como neutro, atua na manutenção de modos de ver e julgar o mundo. A análise das representações de mulheres e homens colecionadores evidenciou uma assimetria significativa: enquanto as práticas masculinas são legitimadas como racionais e bem-sucedidas, as práticas

femininas são frequentemente julgadas como patológicas ou imaturas. Essas escolhas linguísticas não são casuais, mas operam por meio de inferências que naturalizam desigualdades e reforçam valores sociais enraizados. Como aponta hooks (2018), superar o patriarcado exige romper com pensamentos e práticas sexistas, substituindo-os por perspectivas feministas transformadoras.

Com base nos resultados desta pesquisa, propusemos categorias inferenciais adicionais, capazes de evidenciar os mecanismos sutis por meio dos quais o discurso midiático estabiliza sentidos e naturaliza desigualdades de gênero. Além disso, defendemos a necessidade de adoção de formas de representação mais éticas e equitativas, que rompam com a recorrente desqualificação das práticas femininas e assegurem maior simetria na forma como homens e mulheres são retratados. Ler criticamente, nesse contexto, significa desconfiar do que se apresenta como natural, interrogar as construções discursivas que sustentam hierarquias e abrir espaço para práticas contra-hegemônicas, comprometidas com a transformação social.

Por fim, sugerimos que estudos futuros ampliem esta reflexão para outros campos do discurso midiático, como a publicidade, as redes sociais e o entretenimento audiovisual, a fim de investigar como práticas aparentemente cotidianas continuam a reproduzir desigualdades de gênero. Do mesmo modo, consideramos relevante explorar como diferentes vozes e narrativas alternativas podem contribuir para a construção de representações mais plurais e emancipatórias, capazes de deslocar estereótipos e favorecer processos de transformação cultural.

## Referências

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

ARRUDA, D. L. Letramento crítico em princípios: ausência, presença e transgressão. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 21, n. 2, p. 298–310, maio/ago. 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-4017-23-36>

BOURDIEU, P. **O poder do simbólico**. 6.ed. Tradução de Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAVALCANTE, M. M. (org.). **Linguística textual e argumentação**. Campinas: Pontes, 2020.

FAIRCLOUGH, N. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: As universidades. *In*: MAGALHÃES, C. M. (org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras UFMG, 2001. p. 31-81.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

HISSA, D. Homo digitalis e as práticas de linguagem: do negacionismo ao “novo normal” na sociedade pandêmica. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 37, n. 4, 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1678-460x202156108>

HOOKS, bell. **Ensinando Pensamento Crítico: Sabedoria Prática**. Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Bhuvi Libanio. 2. ed. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

LANKSHEAR, C. Functional literacy from a Freirean point of view. *In*: McLAREN, P.; LEONARD, P. (org.). **Paulo Freire: a critical encounter**. Londres; Nova York: Routledge, 1993. p. 90-118. DOI [https://doi.org/10.4324/9780203420263\\_chapter\\_5](https://doi.org/10.4324/9780203420263_chapter_5)

LUKE, A. Critical Literacy: Foundational Notes. **Theory Into Practice**. 51, p. 4-11, 2012. DOI <https://doi.org/10.1080/00405841.2012.636324>

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

McLAREN, P.; LEONARD, P. (org.). **Paulo Freire: a critical encounter**. Londres; Nova York: Routledge, 1993. DOI [https://doi.org/10.4324/9780203420263\\_chapter\\_4](https://doi.org/10.4324/9780203420263_chapter_4)

McLAREN, P.; SILVA, T. T. da. Decentering pedagogy: critical literacy, resistance and the politics of memory. *In*: McLAREN, P.; LEONARD, P. (org.). **Paulo Freire: a critical encounter**. Londres; Nova York: Routledge, 1993. p. 47-89.

MUSPRATT, S.; LUKE, A.; FREEBODY, P. (org.). **Constructing critical literacies**. New York: Hampton Press, 1998.

PAIVA, V. L. M. de O. e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. SP: Parábola, 2019.

PENNYCOOK, A. **Critical applied linguistics**. Mahwah, NJ: Erlbaum. 2001. DOI <https://doi.org/10.4324/9781410600790>

PENNYCOOK, A. Critical Applied linguistics. *In*: DAVIES, A.; ELDER, C. (ed.). **The Handbook of Applied Linguistics**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 784-807. DOI <https://doi.org/10.1002/9780470757000.ch32>

THOMPSON, J. **Studies in the theory of ideology**. Cambridge: Polity Press, 1984. DOI <https://doi.org/10.1525/9780520312234>

TILIO, R.; ROCHA, C. H. Educação linguística crítica para a transformação social radical: discussões sobre letramentos, criticidade e afeto em tempos de barbárie. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 40, n. 1, 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/1678-460x202440157244>